

# Campinas terá 4 escolas estaduais por meio de PPP

Estimativa é de 5 mil vagas de ensino fundamental II e médio

Da Redação

O Governo de São Paulo implantará quatro novas escolas estaduais em Campinas (SP) por meio de Parceria Público-Privada (PPP). A estimativa é oferecer 5 mil vagas de ensino fundamental II e de ensino médio, com um investimento da ordem de R\$ 200 milhões. As diretrizes pedagógicas são de responsabilidade da Secretaria da Educação. limpeza.

A previsão é de que as unidades estejam prontas em junho do ano que vem e que sejam construídas na Cidade Satélite Íris, no Jardim do Lago, no Jardim Dom Gilberto e no Jardim São Domingos. A decisão definitiva dos locais, entretanto, será decidida baseando-se na demanda por vagas. As construções serão feitas em terrenos que serão doados pela Prefeitura. Para tanto, o Poder Executivo enviará à Câmara Municipal um projeto de lei referente à doação das glebas.

De acordo o Palácio dos Jequitibás, “o prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) está mobilizando todo o secretariado para viabilizar, o quanto antes, a doação dos terrenos e documentações”. Ontem, ele se reuniu com o secretário de Parcerias e Investimentos do Estado de São Paulo, Rafael Benini, e afirmou: “tivemos uma discussão importante com a Secretaria Estadual de Educação no sentido de trazer essas escolas para Campinas. A cidade não recebia investimentos estaduais nessa área há algum tempo, e para nós o investimento em educação é fundamental.”

## O projeto

A construção das 33 novas escolas (fase I mais fase II) por meio de PPP é voltada exclusivamente à infraestrutura e aos serviços de apoio, responsáveis pela construção, manutenção, conservação e operação das atividades não pedagógicas – sem interferência no conteúdo educacional.

Entre os serviços previstos estão a manutenção predial, segurança, limpeza, jardinagem, preparação da merenda e demais atividades de suporte ao funcionamento das unidades.

Ao todo, 29 municípios serão contemplados, com a criação de quase 35 mil novas vagas em período integral. O investimento total previsto é de R\$ 2,1 bilhões ao longo dos 25 anos de concessão, com metade das escolas programadas para entrega em 2026 e as demais até 2027.

A construção das 33 unidades



Agência SP

No total, projeto pretende implementar 33 novas escolas mediante parceria público-privada

Agência SP



Unidade de Aguaí está com 52% das obras concluídas

foram divididas em dois lotes — Leste e Oeste —, com 16 e 17 escolas, respectivamente.

De acordo com o Palácio dos Bandeirantes, a iniciativa é “voltada à modernização da infraestrutura da rede pública de ensino, com foco na ampliação de vagas e na melhoria da gestão escolar”.

## Fiscalização do contrato

Ficará a cargo da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), com a incumbência de acompanhar o andamento das obras e a qualidade dos serviços prestados, com o suporte de um certificador independente.

Ainda segundo o governo paulista, o desempenho das concessionárias será medido a partir

de 21 indicadores, que englobam critérios técnicos, de disponibilidade e de satisfação dos usuários.

## Andamento das obras

Das 16 unidades em implantação da Fase I, 14 já alcançaram ou superaram 45% de execução, segundo o governo paulista, com entrega prevista ao longo de 2026. Os percentuais consideram desde os serviços iniciais, como fase de projetos e documentação, até as frentes de obra atualmente em andamento.

A unidade de Aguaí é hoje a mais avançada, com 52,2% das obras concluídas. Em seguida, São João da Boa Vista (48,8%), Salto de Pirapora (48,3%), Leme (48%), Itapetininga (47,6%); Limeira (46,2%); Atibaia (45,9%);

Ribeirão Preto II (45,3%); Olímpia (45,2%); Araras (45,1%); São José dos Campos (45,1%); Jardinópolis (45%); Lins (45%) e Ribeirão Preto I (45%), Sertãozinho (44,9%) e São José do Rio Preto (44,8%).

“A construção das escolas tem avançado bem, todas dentro do cronograma, e nós, aqui da Arsesp, como órgão regulador, temos acompanhado de perto essa evolução para que o contrato seja cumprido em sua totalidade e, no próximo ano, acompanharmos a entrega de 16 novas escolas pelo Estado de SP”, afirmou o diretor-presidente da agência, Thiago Mesquita Nunes.

## PPPs

São contratos entre o governo e empresas para a realização de obras ou serviços de interesse da população. No modelo de concessão comum, a empresa recebe apenas o dinheiro pago pelos usuários, como comumente ocorre em pedágios de rodovias. Já nas parcerias, o governo participa dos pagamentos para viabilizar projetos que não teriam lucro apenas com tarifas, como a construção de hospitais ou escolas. A ideia é unir o financiamento privado com a gestão estatal para acelerar o desenvolvimento do país.

O foco é usar o dinheiro e a rapidez das empresas para entregar escolas ou presídios que o Estado não conseguiria fazer sem auxílio ou financiamento externo.

## Homem é preso por manter aves em cativeiro

A Polícia Federal em Campinas (SP) prendeu na terça-feira (13) em flagrante um homem de 41 anos por manter pássaros em cativeiro e por falsificar as anilhas de identificação colocadas nas aves. O homem é proprietário de uma agropecuária em Sumaré, cidade da Região Metropolitana de Campinas (RMC), onde ele foi preso.

A prisão ocorreu durante a Operação Elo Perdido, de combate à falsificação das argolas, usadas para identificar os pássaros silvestres. Os anéis falsos eram colocados para simular que os animais, comprados ilegalmente, via tráfico, fossem oriundos do comércio legal.

A PF cumpriu dois mandados de busca e apreensão, expedidos pela Primeira Vara Federal em Campinas.

A investigação teve início a partir da identificação de um indivíduo na região de Sorocaba (SP), que mantinha em cativeiro e comercializava diversos espécimes da fauna silvestre, usando as anilhas adulteradas.

Na sequência, os policiais chegaram ao dono da agropecuária de Sumaré, apontado como o falsificador dos anéis. Durante a operação, os agentes encontraram material utilizado na falsificação das anilhas e aves silvestres mantidas em cativeiro.

Ainda de acordo com a Polícia Federal, as investigações prosseguem para identificação de demais envolvidos nos crimes.

## Legislação

A comercialização ilegal de pássaros silvestres constitui crime ambiental fundamentado no Artigo 29 da Lei 9.605/1998 que proíbe vender expor à venda exportar adquirir guardar ou transportar espécimes da fauna sem autorização oficial. Estabelece pena de detenção de seis meses a um ano, acrescida de multa administrativa que varia de R\$ 500 por exemplar comum até R\$ 5.000 caso a ave pertença a lista de espécies ameaçadas de extinção.

O comércio lícito exige que o animal seja proveniente de criadouro comercial registrado no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ou em órgãos estaduais portando anilha fechada inviolável e nota fiscal com certificado de origem.